

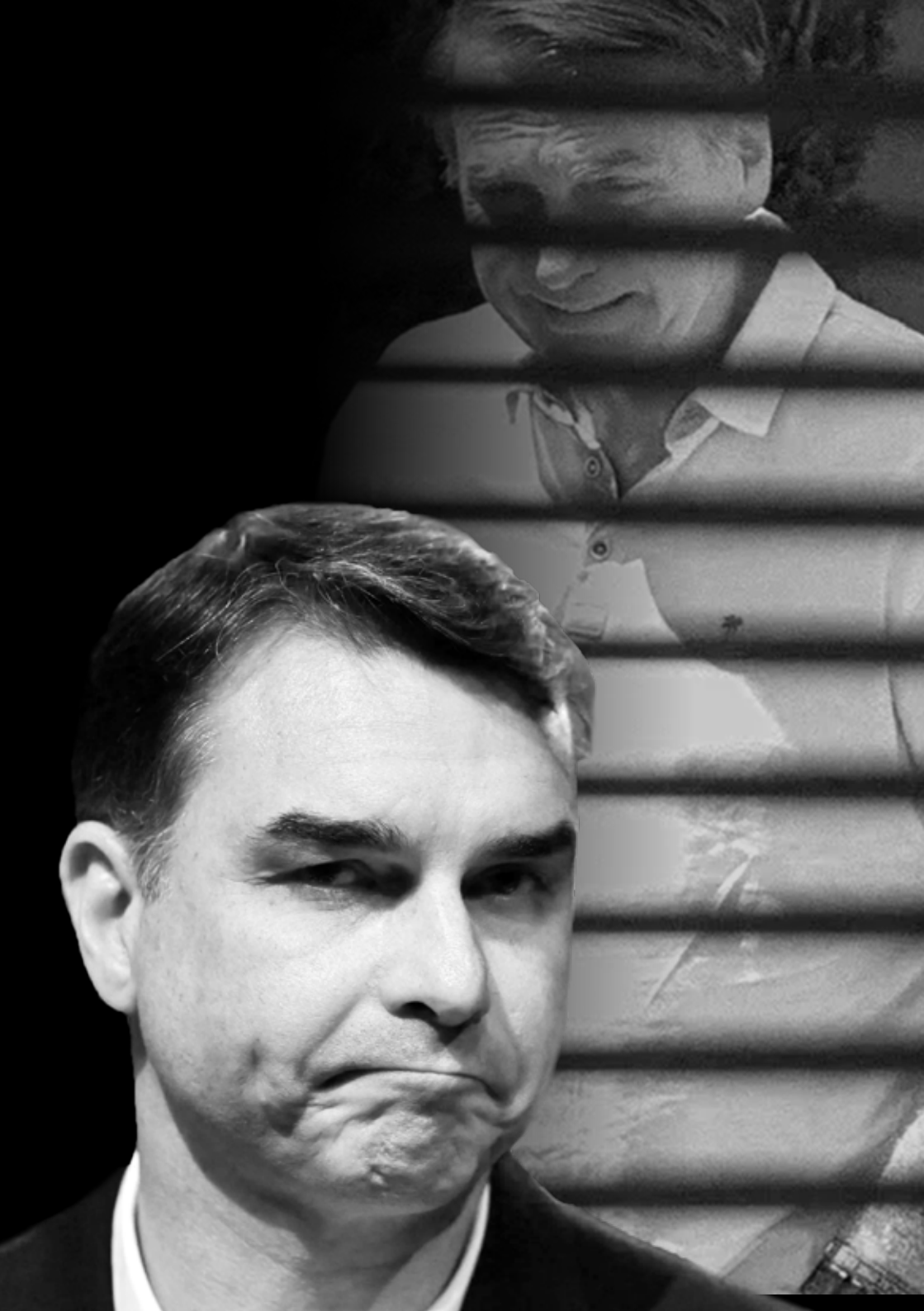


Relatório especial

PRIMOGENITO DO MESSIAS

A fragilidade das alianças
católicas e evangélicas
de Flávio Bolsonaro

caso
Galileia



Sumário

Apresentação	04
1. A construção pública da candidatura	06
2. A busca pela autoridade político-religiosa	14
3. O campo evangélico: apoios, aproximações e resistências	24
4. O campo católico e suas redes de mediação	32
Considerações finais	50
Notas metodológicas	53
Expediente	56

Apresentação

Este relatório analisa a construção político-religiosa da candidatura de Flávio Bolsonaro à Presidência da República, com foco nos mecanismos pelos quais pertencimento religioso, redes eclesiais, autoridade pastoral, atuação parlamentar e influência digital são mobilizados como recursos de legitimação política.

A análise parte de um cenário em que Flávio dispõe de forte sustentação no PL e no núcleo bolsonarista, mas ainda enfrenta desafios para ampliar sua coalizão política e eleitoral. As pesquisas indicam um cenário consolidado de preferências eleitorais que aproximam os dois principais candidatos, com a estabilidade tanto na rejeição quanto nas intenções de voto por Lula e Flávio Bolsonaro. Os dados de intenção de voto sugerem uma candidatura

capaz de consolidar o eleitorado de direita e reduzir a distância em relação ao principal adversário, mas cuja expansão ainda depende da capacidade de agregar segmentos para além do bolsonarismo mais identificado.

Nesse contexto, a construção de alianças com o campo católico e evangélico adquire importância estratégica. As pesquisas têm apontado uma vantagem de Flávio

entre os eleitores evangélicos, enquanto Lula mantém melhor desempenho entre os católicos, revelando que o voto religioso permanece internamente segmentado e constitui uma arena decisiva de disputa. A candidatura busca, assim, transformar a herança política e religiosa acumulada por Jair e Michelle Bolsonaro em legitimidade própria, por meio da aproximação com lideranças, participação em eventos religiosos, mobilização de símbolos e

atuação de mediadores católicos e evangélicos. Ao mesmo tempo, as fragilidades das alianças construídas com o campo católico cobraram seu preço na reta final da campanha. A apenas uma semana do primeiro turno, vieram à tona tensões que expuseram os limites dessa aproximação, como as controvérsias em torno do posicionamento da CNBB frente às eleições e da referência a Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil. Mais do que episódios isolados, esses conflitos evidenciaram que a presença de mediadores católicos e a circulação em redes conservadoras não haviam se convertido necessariamente em uma sustentação ampla, estável e consensual no interior do catolicismo.

O relatório também examina como Flávio procura combinar continuidade e renovação, reivindicando o legado do pai ao mesmo tempo em que constrói uma imagem moderada e uma

identidade religiosa própria. A questão central é compreender até que ponto a candidatura consegue converter acesso em apoio, proximidade em confiança e herança em legitimidade política. E, sobretudo, se a força eleitoral já demonstrada entre segmentos conservadores pode ser convertida em uma coalizão cristã tão ampla quanto aquela que sustentou politicamente Jair Bolsonaro.

1. A CONSTRUÇÃO PÚBLICA DA CANDIDATURA

A construção pública da candidatura de Flávio Bolsonaro se organiza em torno de uma tensão central: apresentar-se como herdeiro legítimo de Jair Bolsonaro sem parecer apenas uma extensão do pai. Para isso, a candidatura combina elementos de continuidade — família, conservadorismo

moral, religião, antagonismo à esquerda e crítica ao sistema político — com uma tentativa de diferenciação sobretudo no estilo, projetando Flávio como uma figura mais moderada, conciliadora e institucional. A filiação é transformada em recurso político. Flávio apresenta sua candidatura como uma

“missão” recebida do pai, articulando vínculo familiar, dever político e linguagem religiosa.

Referências à linhagem Bolsonaro funcionam como sinais de autenticidade e

legitimidade para preservar o legado construído por Jair. Esse legado, contudo, não constitui apenas um ativo: também impõe um peso político e simbólico. Ao reivindicar a sucessão, Flávio passa a ser comparado à capacidade de mobilização, ao carisma e à centralidade pública alcançados pelo pai, sem necessariamente dispor dos mesmos recursos pessoais de liderança e comunicação. Esse desafio se torna ainda mais relevante na ausência, ao seu lado, de uma figura com capacidade própria de mobilização religiosa e popular como a desempenhada por Michelle Bolsonaro no bolsonarismo recente.

A dependência do legado paterno, portanto, produz uma dupla exigência: preservar uma identidade política reconhecível e, ao mesmo tempo, construir autoridade própria. É nesse contexto que emerge a imagem do “Bol-

sonaro moderado”. A comunicação de Flávio enfatiza diálogo, equilíbrio, sensibilidade, preparação técnica, pacificação e responsabilidade econômica, buscando ampliar sua interlocução para além do eleitorado bolsonarista mais fiel.

Essa estratégia de moderação, entretanto, também envolve riscos. Ao suavizar o estilo e buscar maior institucionalização, Flávio pode reduzir sua capacidade de identificação com segmentos do eleitorado que valorizam justamente a linguagem de confronto, a radicalização discursiva e a performance antissistema que caracterizaram parte importante do bolsonarismo. Nesse cenário, alas mais radicalizadas da direita podem se tornar permeáveis



a outras candidaturas capazes de oferecer um projeto político e uma performance pública percebidos como mais combativos, tensionando a capacidade de Flávio de preservar integralmente a coalizão formada em torno do pai.

A diferenciação, portanto, ocorre principalmente na forma, enquanto permanecem no conteúdo os principais antagonismos e referências ideológicas do bolsonarismo. A narrativa da candidatura depende de um equilíbrio delicado: reivindicar o legado familiar e político que garante reconhecimento e base eleitoral

sem ficar submetido à comparação permanente com o carisma paterno; construir uma imagem mais moderada sem perder setores que encontram na radicalização um elemento central de identidade política; e desenvolver uma legitimidade própria capaz de sustentar a candidatura para além da condição de sucessor. O desafio consiste, assim, em diferenciar o estilo sem diluir a identidade política que sustenta sua herança e sem abrir espaço para que outras lideranças disputam os segmentos mais mobilizados do campo bolsonarista.

Coalizão partidária e dissidências no campo conservador

A candidatura de Flávio Bolsonaro entra na disputa de 2026 com forte sustentação no PL, mas enfrenta dificuldades para ampliar alianças entre partidos da direita e da centro-direita e, ao mesmo tempo, preservar a coesão de seu próprio campo político.

Neutralidades, recusas de coligação e impasses em torno da vice-presidência mostram que proximidade ideológica não se converte automaticamente em apoio eleitoral. Diante disso, a campanha busca ampliar sua presença por meio de novas articulações partidárias, aproximações regionais e maior circulação em eventos políticos e religiosos.

As tensões, porém, também aparecem dentro do próprio campo conservador. Otoni de Paula (dep. federal do PSD-RJ),



anteriormente associado à direita evangélica bolsonarista, passou a defender voto em Lula, evidenciando deslocamentos que escapam à lógica de fidelidade automática ao bolsonarismo. Em Santa Catarina, Ana Campagnolo (dep. estadual do PL) afirmou que não apoiaria Carlos Bolsonaro ao Senado. A declaração provocou reação pública de Flávio, que condicionou a continuidade de sua associação política à família Bolsonaro ao apoio ao irmão, expondo conflitos internos sobre lealdade, disciplina partidária e autonomia eleitoral.

Esses episódios mostram que o desafio da candidatura não é apenas conquistar novos apoios, mas também administrar dissidências, conter perdas e recompor alianças dentro de um campo conservador menos homogêneo do que pode parecer.

A candidatura tem encontrado resistência entre partidos de centro e cen-

tro-direita. Republicanos, Podemos, União Brasil e PP demonstraram cautela ou rejeição a uma aliança formal com o PL, evidenciando que proximidade programática ou conservadora não implica adesão automática à candidatura presidencial de Flávio. A neutralidade do Republicano e a rejeição do Podemos a uma coligação com o PL são exemplos dessa dificuldade. União Brasil e PP também apresentaram resistências, limitando as possibilidades de expansão da candidatura para além do campo bolsonarista. A dificuldade para compor a chapa presidencial tornou-se um indicador de suas limitações políticas.

A resistência à indicação de nomes capazes de atrair setores do centro e da centro-direita e o veto do PP à participação da senadora Tereza Cristina revelam obstáculos para construir uma chapa com maior amplitude partidária e eleitoral.

Sua recusa ao convite para vice reforçou esse problema, evidenciando a dificuldade de encontrar uma liderança com capacidade de agregar novos segmentos sem romper com a identidade política do núcleo bolsonarista.

Após negociações frustradas com nomes capazes de ampliar a chapa para o centro e de tentativas de incorporar uma mulher à candidatura, Flávio Bolsonaro escolheu o deputado federal Alfredo Gaspar (PL-AL) como vice. A opção reforça a identidade conservadora da chapa e acrescenta um componente regional, com maior presença no Nordeste, mas também evidencia os limites encontrados pela campanha para ampliar sua coalizão para além do núcleo mais próximo ao bolsonarismo. No dia 25 de agosto, durante evento da Assembleia de Deus em Maceió (AL), Flávio esteve junto do seu vice ao lado de Arthur Lira (PP-AL).





Força no núcleo bolsonarista, fragilidade na expansão

A relação com Tarcísio de Freitas (Republicanos) aparece como um dos principais canais de aproximação com setores da centro-direita. Na Festa do Peão de Barretos, em agosto de 2026, os dois dividiram o palco, e Flávio discursou ao lado do governador defendendo o agronegócio e projetando sua vitória presidencial. Dia 7 de setembro Flávio e Tarcísio também estiveram juntos na Igreja Mundial do Poder de Deus, liderada pelo apóstolo Valdemiro Santiago. O presidencialista fez uma oração pela nação e pela família, en-

quanto Tarcísio realizou uma curta pregação lendo trechos bíblicos antes de seguirem para manifestações políticas na Avenida Paulista. As cenas reforçam publicamente uma articulação entre as duas candidaturas e associam Flávio a uma liderança com forte desempenho eleitoral em São Paulo. Esse apoio, contudo, é acompanhado de certa autonomia.

Tarcísio tem declarado apoio a Flávio, mas mantém agendas próprias e uma presença conjunta relativamente seletiva, o que vem sendo descrito

como uma “distância estratégica”. Ainda assim, sua proximidade contribui para ampliar a percepção de viabilidade da candidatura e aproximá-la de eleitores de direita e centro-direita menos vinculados ao núcleo bolsonarista.

Flávio Bolsonaro mantém apoio relevante dentro do PL e entre parlamentares e lideranças conservadoras, mas ainda depende fortemente da base política mais fiel à família Bolsonaro. **A candidatura apresenta maior capacidade de mobilização dentro**

de redes já identificadas com o bolsonarismo do que entre atores externos a esse campo.

Esse cenário revela uma assimetria importante: a candidatura dispõe de elevada capacidade de ativação de sua base, mas enfrenta maior dificuldade para produzir expansão política e institucional. Partidos e lideranças calculam custos de associação, viabilidade eleitoral, interesses regionais, autonomia institucional e perspectivas futuras antes de aderir formalmente à candidatura.

Essa lógica também aparece no campo religioso, criando um paralelo entre as dificuldades de expansão partidária e a construção de uma coalizão cristã: em ambos os casos, proximidade e afinidade não equivalem necessariamente a compromisso eleitoral.

2. A BUSCA PELA AUTORIDADE POLÍTICO-RELIGIOSA

A religião ocupa posição central na construção pública da candidatura de Flávio Bolsonaro. Mais do que um marcador de identidade pessoal, a fé aparece como linguagem de legitimação política, articulando candidatura, continuidade familiar, valores morais e uma interpretação providencial da disputa eleitoral. Nesse processo, referências religiosas ajudam a apresentar a candidatura não apenas como uma escolha política, mas como parte de uma responsabilidade mais ampla. Termos como “missão”, “instrumento”, “batalha espiritual”, “propósito” e referências à presença de Deus inserem a atuação política em um repertório religioso capaz de produzir identificação, autoridade moral e sentido coletivo. Esse investimento, entretanto, não significa que

a autoridade religiosa esteja previamente assegurada.

Como argumentam Andréa Laís e Lorena Mochel em artigo no Le Monde Diplomatique, a intensificação da presença de Flávio em cultos, grandes eventos evangélicos, viagens a Israel e cerimônias religiosas pode ser compreendida como parte de um esforço de produção pública de autenticidade. A repetição de repertórios reconhecíveis no universo evangélico — orações, música gospel, símbolos judaico-cristãos, discursos sobre família e referências à “batalha espiritual” — busca tornar sua identidade religiosa inteligível e reconhecível para esse público.

A questão central, nesse sentido, não é apenas se Flávio se apresenta como evangélico, mas em que medida essa identidade consegue



ser reconhecida como legítima por outros evangélicos. O artigo chama atenção ainda para um limite importante dessa construção: a trajetória religiosa de Flávio permanece fortemente vinculada à figura de Jair Bolsonaro. Seus batismos, a renovação do rito no Rio Jordão, os pedidos públicos de oração pelo pai e a afirmação de que Jair seria um “escolhido de Deus” fazem com que sua narrativa religiosa apareça menos associada a um chamado próprio do que à continuidade de uma missão herdada.

Como sintetizam as autoras, “a autenticidade não pode ser decretada. Ela precisa ser reconhecida”. A

distinção é importante porque mostra que a linguagem religiosa pode funcionar como recurso de legitimação política, mas sua eficácia depende também do reconhecimento produzido pelas próprias comunidades de fé, que avaliam trajetórias, performances, coerências e formas de pertencimento.

Símbolos, pertencimento e autoridade: os limites da missão herdada

A construção da identidade religiosa de Flávio Bolsonaro se dá pela circulação em

espaços, gestos e repertórios capazes de produzir reconhecimento. Esses elementos ajudam a produzir familiaridade com determinados públicos e a comunicar uma imagem de proximidade com experiências compartilhadas no universo evangélico. Participar de um culto, receber uma oração, aparecer ao lado de uma liderança ou mobilizar símbolos religiosos pode ampliar visibilidade e aproximação. **Sua eficácia depende também da forma como esses gestos são recebidos, interpretados e validados pelas próprias comunidades de fé.**

No campo evangélico, pertencimento não se expressa apenas pela declaração individual de fé ou pela defesa de determinados valores morais. Trajetórias de conversão, testemunhos, práticas comunitárias, repertórios musicais, formas de oração e categorias como “chamado” e “unção” constituem elementos por meio dos quais

experiências religiosas são reconhecidas e interpretadas.

Essa dimensão é particularmente relevante no caso de Flávio porque sua identidade evangélica pública permanece fortemente vinculada à trajetória de Jair Bolsonaro. O primeiro episódio de batismo no Rio Jordão, em 2016, ocorreu ao lado do pai; o batismo realizado em uma igreja local aconteceu apenas em 2024; e, em 2026, já durante a pré-campanha presidencial, Flávio retornou ao Rio Jordão para renovar o rito. A sequência não permite, por si só, avaliar a experiência subjetiva de fé do candidato, mas oferece elementos para observar como diferentes ritos são mobilizados publicamente e que sentidos de pertencimento eles podem produzir.

O mesmo pode ser observado na viagem a Israel, quando Flávio apareceu no Muro das Lamentações usando quipá e realizando uma oração lida pelo celular. O conjunto reúne símbolos fortemente reco-

nhecíveis por segmentos do campo evangélico, especialmente aqueles que atribuem valor religioso à Terra Santa e a referências judaico-cristãs. Ao mesmo tempo, a cena permite observar uma tensão entre a presença de signos religiosos e a demonstração de uma experiência religiosa incorporada. Em tradições nas quais oração, testemunho e espontaneidade constituem importantes formas de expressão da fé, a leitura de uma oração previamente escrita pode produzir sentidos diferentes daqueles pretendidos pelo candidato. A questão, portanto, não é determinar se o gesto é ou não uma oração legítima, mas compreender como ele é percebido por aqueles que compartilham os códigos religiosos mobilizados.

A música oferece outro campo de observação. Na Marcha para Jesus e, dias depois, em um culto da Assembleia de Deus em Belém,

Flávio apareceu acompanhando e entoando “Hino da Vitória”, de Cassiane. O canto coletivo constitui um importante dispositivo de produção de comunidade nos cultos evangélicos, pois pressupõe familiaridade com repertórios compartilhados e permite demonstrar pertencimento por meio da participação. A repetição do mesmo louvor em diferentes aparições públicas pode, portanto, ser compreendida como uma estratégia de aproximação com esse universo. Ao mesmo tempo, torna visível a seletividade do repertório mobilizado e abre uma questão sobre os limites entre familiaridade demonstrada e familiaridade incorporada.

Quanto mais a candidatura investe na apresentação do candidato como homem de fé e pertencente ao universo evangélico, mais se expõe ao escrutínio de públicos capazes de avaliar a coerência

dessa construção. **A religião funciona, portanto, simultaneamente como recurso de legitimação e campo de prova: símbolos, gestos e repertórios religiosos podem favorecer pertencimento e reconhecimento, mas a autoridade depende de processos contínuos de validação por lideranças, igrejas e comunidades de fé.**

A candidatura como “missão” e a política como batalha espiritual

Um dos elementos mais recorrentes na comunicação de Flávio Bolsonaro é a apresentação da candidatura como uma “missão” recebida de seu pai, Jair Bolsonaro. A expressão articula dimensões política, familiar e religiosa. No plano político, a missão representa a continuidade de um projeto de poder e de uma agenda associada

ao bolsonarismo; no plano familiar, reforça a relação entre pai e filho, atribuindo à sucessão um caráter de responsabilidade e dever; e, no plano religioso, aproxima a candidatura das ideias de vocação, chamado e serviço.

Essa construção ganha maior densidade quando o próprio projeto político é apresentado como uma “missão de Deus” ou quando Flávio se descreve como um “instrumento” para dar continuidade à trajetória iniciada pelo pai. A sucessão passa, assim, a ser enquadrada não apenas como uma decisão eleitoral, mas como uma responsabilidade revestida de sentido providencial. Sua narrativa religiosa, assim, combina a construção de um pertencimento próprio com a continuidade de uma missão herdada.

A sucessão familiar oferece, nesse sentido, uma gramática poderosa para a candidatura. Nas tradições bíblicas,

a figura do primogênito está associada à transmissão da herança e à responsabilidade pela continuidade da família. No entanto, as próprias narrativas bíblicas apresentam a eleição e a vocação como dimensões que não decorrem automaticamente da ordem de nascimento. A transmissão da herança não equivale à transmissão da autoridade. No caso de Flávio Bolsonaro, essa diferença permite compreender um dos principais desafios da construção de sua identidade político-religiosa: transformar uma missão herdada em uma autoridade que possa ser reconhecida como própria.

Esse enquadramento religioso também reorganiza a maneira como o conflito político é apresentado. Se a candidatura pode ser compreendida como missão, a disputa eleitoral pode assumir os contornos de uma “batalha espiritual”. Expressões relacionadas à presença de Deus, à vitória

da fé e ao enfrentamento de forças adversárias deslocam a competição para além da oposição entre projetos partidários, inserindo-a em um campo de confronto moral entre valores, princípios e concepções distintas de sociedade.

O repertório religioso oferece, dessa forma, uma gramática para interpretar tanto o papel atribuído ao candidato quanto seus adversários, as crises políticas e as expectativas de vitória. Oposições como luz e trevas, verdade e mentira, perseguição e libertação reforçam essa leitura e transformam categorias religiosas em instrumentos de diferenciação política. Missão e batalha espiritual aparecem, portanto, como dimensões complementares de uma mesma narrativa: de um lado, conferem sentido e legitimidade à candidatura; de outro, enquadram a disputa política como parte de um confronto mais amplo, no qual a continuidade do

projeto bolsonarista é associada ao cumprimento de um propósito que ultrapassa a própria eleição.

Religião, família, prosperidade e restauração nacional

A fé aparece articulada a outros elementos centrais da narrativa da candidatura, como família, liberdade, trabalho, proteção e prosperidade. Nesse repertório, o Brasil é frequentemente representado como uma nação em crise que precisa reencontrar um caminho considerado legítimo. A proposta política adquire, assim, um sentido que ultrapassa medidas específicas de governo: trata-se de recuperar valores, restabelecer uma determinada ordem moral e

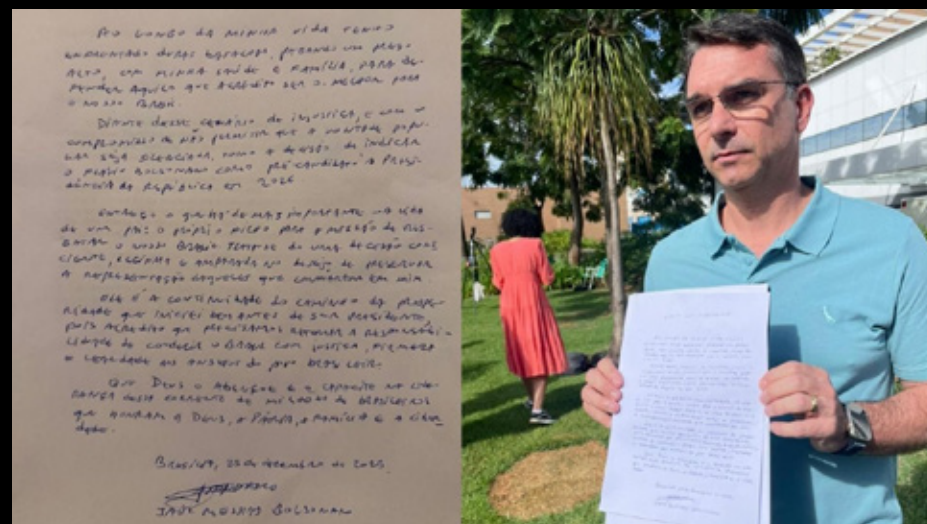
criar as condições para um futuro de liberdade e prosperidade.

A ideia de restauração articula, desse modo, dimensões políticas, econômicas e morais em uma mesma interpretação sobre os problemas do país e as possibilidades de sua reconstrução. A família ocupa posição importante nessa narrativa. Além de aparecer como valor político e moral a ser protegido, ela estrutura a própria lógica sucessória da candidatura: Jair Bolsonaro é apresentado como aquele que transmite uma missão, enquanto Flávio assume o lugar do filho responsável por preservar e dar continuidade ao projeto iniciado pelo pai.

Família e política se sobrepõem, portanto, em uma narrativa na qual continuidade familiar, continuidade política e defesa de determinados valores aparecem

estritamente relacionados. A prosperidade completa esse horizonte de restauração. No discurso analisado, ela não se limita ao cresci-

mento econômico, mas é associada à liberdade, dignidade, autonomia, trabalho, fortalecimento da família e perspectivas de futuro.



Em sentido inverso, pobreza, dependência, impostos, corrupção e socialismo são apresentados como sinais de um caminho que afastaria o país desse horizonte. Essa oposição permite traduzir escolhas econômicas em termos também morais: determinadas políticas deixam de ser apresentadas apenas como mais ou menos eficientes e passam a representar caminhos distintos para a sociedade. A promessa de recolocar o Brasil no “caminho da prosperidade” articula, assim, recuperação econômica, restauração moral e uma expectativa mais ampla de renovação nacional. Neste enquadramento, prosperar significa não somente produzir riqueza, mas recuperar liberdade, fortalecer famílias e reconstruir uma determinada ordem social. A promessa de reconstrução nacional também encontra resso-

nância em narrativas proféticas que atribuem ao Brasil um lugar particular no plano divino, como as formulações de que “o Brasil é do Senhor Jesus” ou de que o país seria um “celeiro missionário do mundo”. Essas imagens projetam sobre a nação uma vocação religiosa, fazendo com que seu futuro possa ser interpretado não apenas em termos políticos ou econômicos, mas também como cumprimento de um propósito. A linguagem religiosa contribui para conferir sentido a esse horizonte, aproximando a expectativa de futuro das ideias de propósito, missão e restauração. **Família, prosperidade e fé passam, dessa forma, a compor uma mesma narrativa de reconstrução do país, na qual a continuidade do projeto político é apresentada como condição para que o Brasil retome o caminho considerado correto.**



3. O CAMPO EVANGÉLICO: APOIOS, APROXIMAÇÕES E RESISTÊNCIAS

O campo evangélico constitui um dos principais espaços de inserção político-religiosa da candidatura de Flávio Bolsonaro. A presença histórica da família Bolsonaro nesse segmento, os vínculos construídos por Jair e Michelle Bolsonaro e a atuação de parlamentares e lideranças religiosas ofereceram ao candidato acesso privilegiado a igrejas, eventos e redes de mobilização. Esse acesso, porém, não produz automaticamente apoio eleitoral ou reconhecimento religioso. Em 2026, o que se observa é um campo marcado por diferentes graus de adesão, no qual convivem endossos explícitos, aproximações institucionais, articulações ainda em construção e resistências. **Mais do que uma**

base homogênea, trata-se de uma coalizão em processo de negociação, atravessada tanto por vínculos históricos com o bolsonarismo quanto por avaliações sobre autenticidade, viabilidade eleitoral e capacidade de liderança.



Entre articulações institucionais e transferências

A comparação com os ciclos eleitorais anteriores mostra que o apoio acumulado por Jair Bolsonaro entre evangélicos não é automaticamente transferido para Flávio. Algumas lideranças que tiveram papel relevante na sustentação religiosa das candidaturas anteriores já se aproximaram ou declararam apoio ao novo

candidato; outras mantêm relações de proximidade sem endosso formal; e há ainda atores relevantes para os quais não foram localizadas evidências suficientes de apoio em 2026. Nesse cenário, os apoios mais significativos são aqueles capazes de combinar reconhecimento religioso, capacidade de mobilização e inserção em redes que já atuaram eleitoralmente em favor do bolsonarismo.

Entre os casos mapeados, Silas Malafaia representa o exemplo mais claro de transferência de apoio de Jair para Flávio Bolsonaro. O pastor, que teve atuação destacada na sustentação religiosa das candidaturas de Jair Bolsonaro, recebeu Flávio em culto da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, no Rio de Janeiro, e posteriormente declarou apoio a sua candidatura. O caso é relevante porque reúne diferentes dimensões de legitimação: autoridade pastoral, visibilidade pública, capacidade de

mobilização e vínculo histórico com o bolsonarismo. Mais do que um encontro pontual, sua adesão insere Flávio em uma rede que já desempenhou papel importante na mobilização eleitoral da direita entre evangélicos.

O bispo Robson Rodovalho também passou a ocupar posição relevante nas articulações em torno da candidatura. Em agosto, o fundador da Igreja Sara Nossa Terra mencionou a possibilidade de formação de uma rede de divulgação e de realização de um ato unificado de apoio entre pastores. Sua trajetória, contudo, mostra que essa aproximação não foi linear. Ao longo do ano, suas declarações oscilaram conforme avaliações sobre competitividade e conjuntura política.

Esse comportamento evidencia uma característica importante do apoio religioso em 2026: mesmo entre lideranças historicamente próximas ao bolsonarismo, a adesão pode depender de cálculos

sobre viabilidade eleitoral, reputação e capacidade de articulação. Assim, a transferência de apoio aparece menos como continuidade automática e mais como resultado de negociações, avaliações e processos de reconhecimento construídos ao longo da campanha.

As diferentes redes assembleianas ocupam posição relevante na estratégia de aproximação de Flávio Bolsonaro com o eleitorado evangélico. A candidatura registra presença e articulações envolvendo dirigentes associados à Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil e a outros segmentos da denominação. A visita à Assembleia de Deus – Ministério do Belém e a oração recebida do pastor José Wellington Bezerra da Costa exemplificam essa aproximação. O gesto possui elevado valor simbólico, sobretudo pelo histórico de relações dessa liderança com Jair Bolsonaro, mas não



constitui, isoladamente, uma declaração de apoio eleitoral.

Situação semelhante aparece nas redes associadas aos bispos Manoel Ferreira, Samuel Ferreira e Abner Ferreira, da Convenção Nacional das Assembleias de Deus Ministério de Madureira. A presença desses atores em circuitos próximos à candidatura constitui um ativo político e religioso importante, mas inserção institucional, participação em agendas e manifestações públicas de acolhimento não devem ser tratadas automaticamente

como endosso individual. Essa distinção é especialmente relevante no caso das Assembleias de Deus, que não operam como uma estrutura política única e centralizada. Redes ministeriais, convenções, lideranças regionais e atores parlamentares podem assumir posições distintas, de modo que aproximações em determinados segmentos não permitem atribuir apoio uniforme ao conjunto da denominação.

Essa cautela vale também para a circulação de Flávio por

outros espaços evangélicos. Cultos, orações, fotografias, participação em grandes eventos e manifestações de acolhimento ampliam sua visibilidade, favorecem aproximações e podem contribuir para a produção de legitimidade religiosa, mas não equivalem necessariamente a declaração de voto ou participação formal na campanha. O caso da Marcha para Jesus em São Paulo ilustra essa diferença. Flávio participou do evento e buscou aproximar-se de seus organizadores, ligados à Igreja Renascer em Cristo, mas o apóstolo Estevam Hernandes afirmou naquele momento que ainda não havia formalizado apoio. No início de setembro, ele manifestou publicamente seu apoio à candidatura de Flávio Bolsonaro, juntamente com a Bispa Sônia Hernandes, e o casal passou a participar ativamente da campanha de Flávio Bolsonaro nas redes e em atos públicos.

André Valadão, liderança global da Igreja Batista da Lagoinha, apresenta situação semelhante: a participação de Flávio em um culto da igreja e a oração pública recebida indicam proximidade e reconhecimento de sua presença naquele espaço, mas não oferecem, por si só, elementos suficientes para classificar o episódio como endosso eleitoral explícito. A mesma cautela se aplica à participação em culto da Igreja Mundial do Poder de Deus, conduzido pelo apóstolo Valdemiro Santiago. Essas agendas reforçam a circulação de Flávio por diferentes circuitos pentecostais e ampliam sua exposição ao público evangélico, mas o material analisado não permite converter automaticamente presença religiosa em apoio político.

A apóstola Valnice Milhomens também mobilizou o repertório religioso por meio da campanha dos “70 Dias

de Oração”, realizada no contexto das eleições de 2026. A iniciativa associa oração, intercessão e batalha espiritual aos rumos do país, contribuindo para enquadrar a disputa eleitoral como um conflito também moral e religioso. Mesmo sem necessariamente se traduzir em apoio explícito a um candidato, esse tipo de mobilização ajuda a produzir engajamento político a partir de uma linguagem de fé.

A distinção entre aproximação, acolhimento religioso e endosso eleitoral é, portanto, fundamental para compreender a configuração das alianças evangélicas em torno da candidatura. A circulação por igrejas e eventos pode criar oportunidades de reconhecimento, abrir canais com lideranças e produzir imagens de pertencimento, mas o apoio efetivo depende de movimentos adicionais de validação política. No campo evangélico, visibilidade e acesso constituem recursos

importantes, porém não são sinônimos de adesão.

Parlamentares como pontes entre candidatura e igrejas

Parlamentares evangélicos desempenham papel importante na aproximação entre Flávio Bolsonaro e diferentes redes religiosas. Eles funcionam como intermediários capazes de conectar estruturas partidárias, lideranças eclesiais, plataformas digitais e bases eleitorais. Nikolas Ferreira (PL-MG) ocupa posição particularmente relevante nesse ecossistema. Seu apoio ultrapassa a dimensão parlamentar porque combina identidade religiosa, forte presença digital e capacidade de traduzir pautas políticas e morais para públicos mais jovens. Sua atuação também evidencia, porém, a autonomia dos principais apoiadores: o relatório aponta



que a presença de Flávio em suas publicações foi limitada em parte do período analisado, indicando que apoio não significa alinhamento integral de agendas.

Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) representa outra modalidade de mediação. Ligado à Assembleia de Deus Vitória em Cristo e à bancada evangélica, tornou-se defensor público da candidatura e mobilizou uma linguagem de continuidade com Jair Bolsonaro. Seu discurso associa Flávio à preservação do legado familiar e

apresenta apoiadores como integrantes de uma comunidade política compartilhada. Cabo Gilberto Silva (PL-PB), por sua vez, explicita outra dimensão da disputa: a tentativa de estabelecer correspondência entre identidade evangélica e posicionamento político. Ao questionar lideranças religiosas que não aderem à candidatura, suas manifestações revelam uma disputa interna sobre quais posições seriam consideradas coerentes com a identidade evangélica.

Resistências, silêncios e apoios não transferidos

A ausência de manifestações de parte de lideranças historicamente associadas a Jair Bolsonaro constitui um dos principais indícios de que seu capital político-religioso não se transfere automaticamente para Flávio. Nomes que apoiaram ou mantiveram forte alinhamento com

Jair em 2018 e/ou 2022, mas que ainda não foi localizada evidência de adesão explícita à candidatura de Flávio em 2026, como Edir Macedo, Renê Terra Nova, César Augusto, Claudio Duarte e R. R. Soares. Esse silêncio não deve ser interpretado como oposição, mas impede de presumir a continuidade do apoio.

Ao mesmo tempo, há casos de transferência efetiva. Silas Malafaia constitui o exemplo mais claro, enquanto Marco Feliciano já se refere publicamente a Flávio como “nosso candidato à Presidência”, o que permite classificá-lo como apoio eleitoral explícito. Articulações envolvendo Robson Rodovalho e segmentos assembleianos também indicam possibilidades de expansão, embora ainda existam situações em que orações, presença em cultos e aproximações institucionais permaneçam abaixo do limiar de um endosso eleitoral formal. O contraste



entre apoios já declarados, aproximações em curso e ausências de manifestação ajuda a dimensionar com maior precisão os limites da transferência da legitimidade acumulada por Jair Bolsonaro.

Para Flávio, o desafio é duplo: ampliar e consolidar sua rede de apoiadores e, simultaneamente, construir reconhecimento próprio no campo evangélico. A capacidade de converter acesso em autoridade e proximidade em confiança será central para avaliar sua efetiva consolidação nesse eleitorado.

4. O CAMPO CATÓLICO E SUAS REDES DE MEDIAÇÃO

A inserção da candidatura de Flávio Bolsonaro no campo católico apresenta uma dinâmica distinta daquela observada entre os evangélicos. Enquanto a fragmentação denominacional evangélica exige negociações diretas com pastores, dirigentes e redes específicas de igrejas, o catolicismo oferece menor espaço para a construção de alianças eleitorais verticalizadas ou para endossos institucionais capazes de funcionar como equivalentes ao apoio de grandes

lideranças pastorais. Nesse contexto, a aproximação com o eleitorado católico depende menos de uma autoridade religiosa central e mais de uma rede diversificada de intermediários. Parlamentares identificados com o catolicismo conservador, movimentos carismáticos, sacerdotes com presença midiática, organizações e influenciadores digitais passam a cumprir funções de conexão entre candidatura, identidade religiosa e diferentes públicos católicos.

Os limites do endosso institucional

A ausência de apoio formal da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) não deve ser interpretada simplesmente como falta de adesão à candidatura. Ela revela, antes, uma diferença estrutural na forma como a

autoridade religiosa se organiza no catolicismo. A CNBB não opera como estrutura de mobilização eleitoral nem como instância destinada a produzir endossos presidenciais. Por essa razão, a candidatura encontra menor possibilidade de reproduzir no campo católico uma estratégia baseada em alianças diretas com dirigentes

religiosos capazes de oferecer, de forma concentrada, acesso a instituições, eventos e redes de fiéis.

Essa característica desloca a construção de legitimidade para outros atores e circuitos. Em vez de buscar um apoio institucional único, a candidatura precisa operar por meio de uma rede mais dispersa de mediação política e religiosa. Também exige cautela na classificação dos apoios: encontros, circulação em ambientes católicos, afinidade político-moral e proximidade com atores conservadores não devem ser tratados automaticamente como endosso eleitoral.

Parlamentares como principais intermediários

Entre os atores identificados no relatório, parlamentares

conservadores aparecem como relevantes para a aproximação da candidatura com segmentos católicos. Bia Kicis (PL-DF) constitui um dos exemplos mais claros. Identificada publicamente com o catolicismo conservador, declarou apoio a Flávio Bolsonaro e o apresentou como o líder indicado por Jair Bolsonaro. Sua atuação articula valores religiosos, participação política das mulheres, defesa da família e uma narrativa de transformação e “resgate” nacional. Em sua comunicação, o protagonismo feminino conservador é construído pela combinação entre força, coragem e cuidado. A proteção da família é ampliada para uma responsabilidade sobre o povo e sobre o próprio país, conectando identidade religiosa, mobilização política e pertencimento ao campo bolsonarista.

Chris Tonietto (PL-RJ) e Eros Biondini (PL-MG) também aparecem como atores relevantes nesse circuito de aproximação. A presença de parlamentares com identidade católica ou vínculos consolidados com redes religiosas oferece à candidatura canais de entrada em públicos que dificilmente poderiam ser mobilizados por meio de uma negociação institucional centralizada.

Sacerdotes, influenciadores e organizações: aproximação não é apoio

Além dos parlamentares, a campanha procura ampliar sua presença entre católicos por meio da aproximação com sacerdotes de grande visibilidade, influenciadores e organizações conservado-

ras. Nesse conjunto, porém, as evidências disponíveis exigem uma distinção entre interlocução, afinidade e apoio eleitoral formal.

Padre Reginaldo Manzotti é um exemplo importante. Flávio Bolsonaro encontrou-se com o sacerdote em Curitiba em uma agenda voltada à aproximação com o público católico, mas o encontro não foi acompanhado de declaração pública de apoio eleitoral. Situação semelhante ocorre com Frei Gilson. Apesar de sua grande projeção entre católicos conservadores e das especulações em torno de uma possível adesão à candidatura, não foram localizadas evidências suficientes de um endosso público e inequívoco a Flávio.

O caso de Padre Paulo Ricardo é particularmente relevante para compreender os limites da transferência do



O maior partido do Brasil.

capital religioso acumulado por Jair Bolsonaro. Com forte presença digital e grande influência entre segmentos do catolicismo conservador, o sacerdote esteve associado, em 2022, ao ambiente católico de apoio a Jair e à circulação de repertórios fortemente críticos à esquerda e a pautas progressistas. Em 2026, contudo, não foi identificada manifestação pública equivalente em favor de Flávio Bolsonaro.

No caso de Frei Gilson, a proximidade com o campo conservador tampouco se converteu, até o momento, em apoio eleitoral explícito a Flávio Bolsonaro. Apesar do interesse da campanha em

aproximar-se do religioso e das articulações envolvendo lideranças católicas próximas a ele, não foi localizada declaração pública inequívoca de endosso à candidatura. O caso reforça a necessidade de distinguir afinidade político-moral e acesso a redes católicas de uma adesão efetiva ao sucessor de Jair Bolsonaro.

Essa ausência é significativa porque mostra que afinidade ideológica e proximidade com o bolsonarismo não se convertem automaticamente em adesão ao sucessor. Flávio pode herdar redes de acesso, temas e referências do conservadorismo católico, mas não necessariamente

as relações de confiança e a capacidade de mobilização construídas pessoalmente por Jair Bolsonaro. No caso de uma liderança com a projeção de Padre Paulo Ricardo, o silêncio público funciona, portanto, como um indicador qualitativo das dificuldades da sucessão no campo religioso.

Outro nome relevante é Dom Adair José Guimarães, bispo de Formosa (GO). Conhecido por posições públicas conservadoras e por críticas ao tratamento dado aos presos do 8 de Janeiro, o bispo passou a integrar o radar da campanha de Flávio Bolsonaro como possível interlocutor junto ao eleitorado católico. Em 2026, a candida-

tura buscou aproximação com Dom Adair e avaliou a realização de um ato religioso com sua presença como forma de ampliar a inserção de Flávio nesse segmento.

Até o momento, porém, essa aproximação não se traduziu em declaração pública de apoio eleitoral. O caso é relevante justamente por mostrar que a estratégia de Flávio não se limita a reativar vínculos construídos por Jair Bolsonaro: ela também procura incorporar novas lideranças conservadoras capazes de oferecer legitimidade simbólica e acesso a redes católicas. Dom Adair representa, assim, um exemplo de interlocução

potencialmente estratégica, mas ainda não convertida em endosso formal.

A mesma cautela se aplica a influenciadores e organizações como Bernardo Küster, Católicos de Verdade e Controvérsia Católica. Todos integram, em diferentes graus, circuitos do catolicismo conservador e compartilham pautas ou referências próximas ao campo político no qual a candidatura se insere. Até o momento, porém, essa proximidade não permite classificá-los automaticamente como apoiadores formais. No caso de Bernardo Küster, por exemplo, há continuidade de sua inserção no campo bolsonarista e comentários sobre a candidatura, mas não foi localizada declaração inequívoca de apoio eleitoral. Para Católicos de Verdade e Controvérsia Católica, tampouco foram identificadas manifestações institucionais suficientemente

claras que permitam falar em endosso.

Esses casos mostram que, no campo católico, a existência de afinidades ideológicas ou a participação em um mesmo ecossistema conservador não produz necessariamente uma transferência automática de apoio para Flávio. A proximidade com o bolsonarismo deve ser diferenciada da adesão específica à candidatura de 2026.

Uma arquitetura de apoio mais descentralizada

A principal diferença em relação ao campo evangélico está, portanto, no formato da construção de alianças. Entre evangélicos, grandes pastores, denominações e convenções podem oferecer acesso a redes organizadas de templos, eventos, mídia e lideranças locais. No catolicismo, a mediação ocorre de forma

mais dispersa. Parlamentares oferecem institucionalidade e conexão política; movimentos religiosos favorecem circulação comunitária; sacerdotes podem conferir visibilidade e autoridade simbólica; organizações participam da produção e circulação de repertórios conservadores; e influenciadores ampliam alcance e capacidade de enquadramento.

Essa arquitetura descentralizada faz com que a candidatura precise articular atores de naturezas distintas para produzir presença e reconhecimento entre católicos. Ao mesmo tempo, torna mais difícil identificar um bloco católico de apoio equivalente às redes pastorais que podem se formar no campo evangélico. Até o momento, o quadro é mais bem descrito como uma combinação de apoios políticos explícitos, aproximações religiosas, afinidades ideológicas e canais potenciais de mediação, e não como uma

coalizão católica consolidada em torno da candidatura.

Do apoio a Jair à sucessão de Flávio: continuidades, silêncios e rupturas

O acompanhamento de lideranças e redes católicas entre 2022 e 2026 mostra que o apoio construído em torno de Jair Bolsonaro não foi transferido de forma automática para Flávio. Entre os casos mais relevantes está o de Padre Paulo Ricardo, uma das principais referências do catolicismo conservador brasileiro. Em 2022, sua atuação e seus conteúdos estavam fortemente inseridos no ambiente católico favorável a Jair Bolsonaro, sobretudo por meio da crítica à esquerda, ao comunismo e a pautas progressistas. Em 2026, porém, não foi identifi-

cada manifestação pública equivalente de apoio a Flávio. A ausência é significativa porque sugere que afinidade ideológica com o bolsonarismo não garante, por si só, adesão ao sucessor.

Situação semelhante aparece no caso de Padre Jean Marcos, que recebeu Jair Bolsonaro em uma missa durante a campanha de 2022 e associou sua trajetória a uma “missão” ainda por cumprir. Até o momento, não há registro de endosso público comparável a Flávio em 2026. Também entre os Arautos do Evangelho e em torno de Padre Alex Brito, que integraram circuitos de mobilização conservadora favoráveis à reeleição de Jair, não foram encontradas manifestações equivalentes de apoio à candidatura do filho.

O caso de Padre Reginaldo Manzotti revela uma dinâmica diferente. Embora não haja base suficiente para classificá-lo como apoiador

eleitoral explícito de Jair em 2022, sua proximidade com ambientes conservadores e sua capacidade de mobilização o tornaram um interlocutor relevante. Em 2026, Flávio buscou diretamente essa aproximação, encontrando-se com o sacerdote em Curitiba. O encontro, contudo, não foi acompanhado de declaração pública de apoio, o que reforça a diferença entre acesso e adesão.

O quadro geral sugere, portanto, que **Flávio herda um ecossistema de afinidades, contatos e repertórios religiosos construído durante a ascensão de Jair Bolsonaro, mas não necessariamente os vínculos pessoais de confiança que sustentavam parte dessa rede.** A sucessão no campo católico aparece marcada menos por uma ruptura aberta e mais por uma combinação de silêncio, cautela e adesões ainda não consolidadas. Isso reforça a hipótese de



que o capital religioso de Jair funciona como porta de entrada, mas não como garantia de apoio ao filho.

A eventual vice católica como sinal de estratégia eleitoral

O debate sobre uma vice católica mostrou que a campanha identificava dificuldades

específicas de expansão entre esse eleitorado e buscava construir mediações próprias. Nesse contexto, a projeção de Daniella Marques ganhou relevância. Ex-presidente da Caixa Econômica Federal no governo Jair Bolsonaro e atualmente integrada à equipe econômica da campanha de Flávio, ela reúne um perfil distinto de outras figuras femininas do bolsonarismo: combina experiência técnica

ca, passagem pela gestão pública, identidade católica assumida e defesa do empreendedorismo e da autonomia econômica das mulheres. Sua presença também amplia o repertório feminino da candidatura em um momento de maior investimento de Michelle Bolsonaro em sua própria trajetória eleitoral.

Daniella passa a ocupar espaço como uma figura capaz de articular competência econômica e pertencimento religioso, além de apresentar propostas voltadas às mulheres por meio de uma linguagem de liberdade financeira, proteção, maternidade e responsabilidade familiar. Em suas redes, referências ao catolicismo, à Virgem de Guadalupe, a Frei Gilson e à liberdade religiosa das famílias contribuem para inserir essa autoridade técnica em uma gramática religiosa mais explícita.

Embora a hipótese de uma vice católica não tenha se consolidado, com a escolha

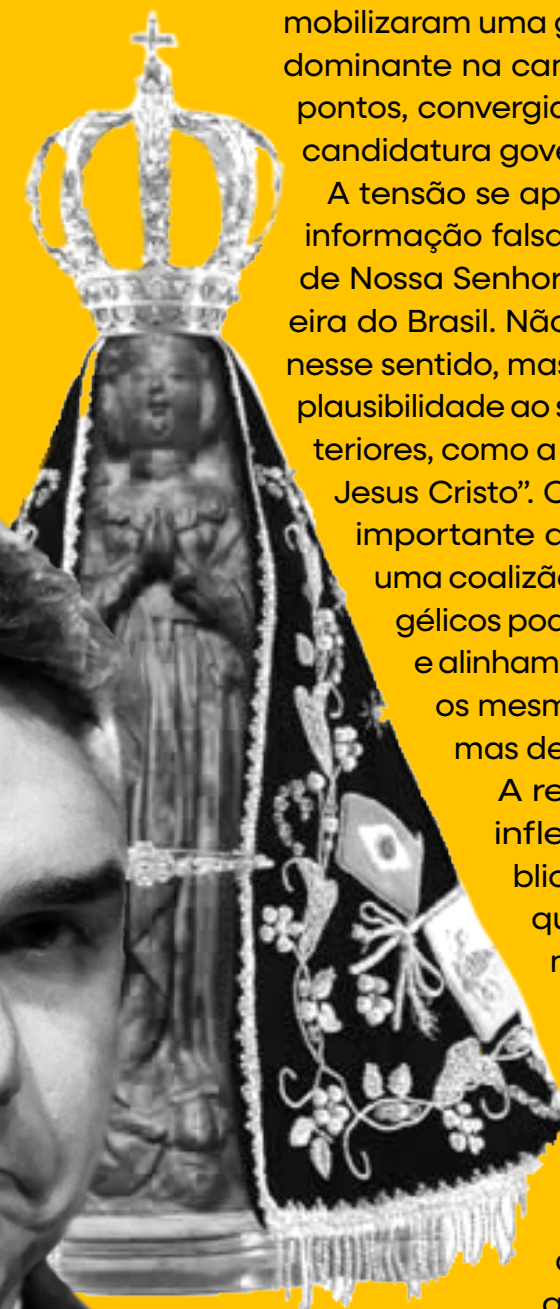
de Alfredo Gaspar (PL-AL) para compor a chapa como vice, sua circulação é significativa. Ela indica que o apoio católico não é tratado como consequência automática da proximidade da candidatura com pautas conservadoras ou com o universo cristão mais amplo. A projeção de Daniella sugere, ao contrário, uma tentativa de construir uma interlocução mais específica com esse segmento, articulando catolicismo, autoridade técnica, protagonismo feminino e agenda econômica. Nesse sentido, sua presença pode ser lida não apenas como reforço da equipe de campanha, mas como parte de uma estratégia de diversificação dos rostos, linguagens e formas de legitimidade associados à candidatura de Flávio Bolsonaro.

Limites da aproximação, reação conservadora e mudança de linguagem

A reta final da campanha tornou mais visíveis os limites da relação construída por Flávio Bolsonaro com o campo católico. Nos meses anteriores, a candidatura buscou ampliar sua circulação nesse universo sobretudo por meio de mediadores — parlamentares, influenciadores conservadores, sacerdotes e redes ligadas ao catolicismo carismático e tradicionalista. Essa estratégia abriu canais de interlocução e produziu aproximações, mas não se traduziu em apoio homogêneo nem em articulação consistente com o catolicismo institucional.

Essa diferença ficou evidente quando mensagens de bispos, dioceses e organismos ligados à CNBB ganharam maior circulação, enfatizando democracia, soberania, com-

bate à pobreza, bem comum e rejeição à instrumentalização eleitoral da religião. Embora não representassem apoio explícito a Lula, essas manifestações



mobilizaram uma gramática distinta daquela predominante na campanha de Flávio e, em alguns pontos, convergiam com temas explorados pela candidatura governista.

A tensão se aprofundou com a circulação da informação falsa de que Flávio pretendia retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de Padroeira do Brasil. Não havia proposta do candidato nesse sentido, mas a narrativa encontrou alguma plausibilidade ao ser associada a declarações anteriores, como a de que o Brasil seria “do Senhor Jesus Cristo”. O episódio evidenciou um limite importante da tentativa de construção de uma coalizão cristã ampla: católicos e evangélicos podem compartilhar pautas morais e alinhamentos políticos sem compartilhar os mesmos símbolos, autoridades e formas de pertencimento religioso.

A reação de Flávio revelou uma inflexão discursiva. Em vídeo publicado por Chris Tonietto (PL-RJ), que classificou o episódio como mais uma “fake news” contra o candidato, ele passou a se dirigir diretamente aos católicos, afirmando ser importante que “todos vocês, que são católicos, todos nós que somos cristãos” ajudassem a desfazer a informação falsa. Acrescentou ainda que respeitava “todas as

religiões, até quem não tem religião”. A formulação desloca parcialmente o registro anterior, marcado por afirmações cristãs mais incisivas, em direção a uma linguagem de respeito religioso, pluralidade e convivência entre credos.

A campanha também passou a produzir gestos de contenção de danos e de aproximação com diferentes tradições religiosas. Paralelamente, atores católicos conservadores se mobilizaram em defesa do candidato. Leomar, da página Segundo Católico, recuperou o fato de Jair Bolsonaro ter renovado a consagração do Brasil a Nossa Senhora Aparecida como evidência da proximidade do bolsonarismo com símbolos centrais do catolicismo brasileiro.

Alguns sacerdotes também tomaram posição. O Padre Deivid Nass, por exemplo, enquadrou a controvérsia como uma disputa em torno da “verdade” e da defesa da própria

fé católica. Acusou o governo de instrumentalizar a religiosidade popular e convocou jovens, institutos e membros do clero a reagirem publicamente contra aquilo que classificou como falsas alegações ofensivas ao catolicismo. A defesa de Flávio foi, assim, incorporada a uma gramática mais ampla de conflito entre fé, política e adversários apresentados como inimigos da Igreja.

Em outra direção, Dom Devair Araújo da Fonseca ressaltou que a Igreja Católica não possui partido político. A reação católica, portanto, esteve longe de ser uniforme: enquanto alguns atores assumiram a defesa do candidato, outros procuraram reafirmar a autonomia institucional da Igreja e evitar sua identificação direta com qualquer candidatura.

A controvérsia ganhou novo alcance quando Flávio afirmou que pessoas ligadas à CNBB teriam contribuído para



a disseminação da informação sobre Nossa Senhora Aparecida. A declaração foi repercutida por Álvaro Mendes, presidente do Centro Dom Bosco, que inseriu o episódio em uma crítica mais ampla à Conferência. Mendes afirmou que as últimas gestões da CNBB teriam sido “simpatias à extrema-esquerda” e interpretou uma eventual participação de bispos como evidência daquilo que chamou de “infiltração revolucionária

na Igreja”. Ao final, recomendou que famílias buscassem paróquias tradicionais e não votassem no que classificou como “mal maior”.

O episódio, assim, deslocou parte do conflito para dentro do próprio catolicismo. A CNBB deixou de aparecer apenas como autoridade religiosa e passou a ser também, como em ocasiões anteriores, espaço de disputa entre setores tradicionalistas, hierarquia institucional e atores conser-

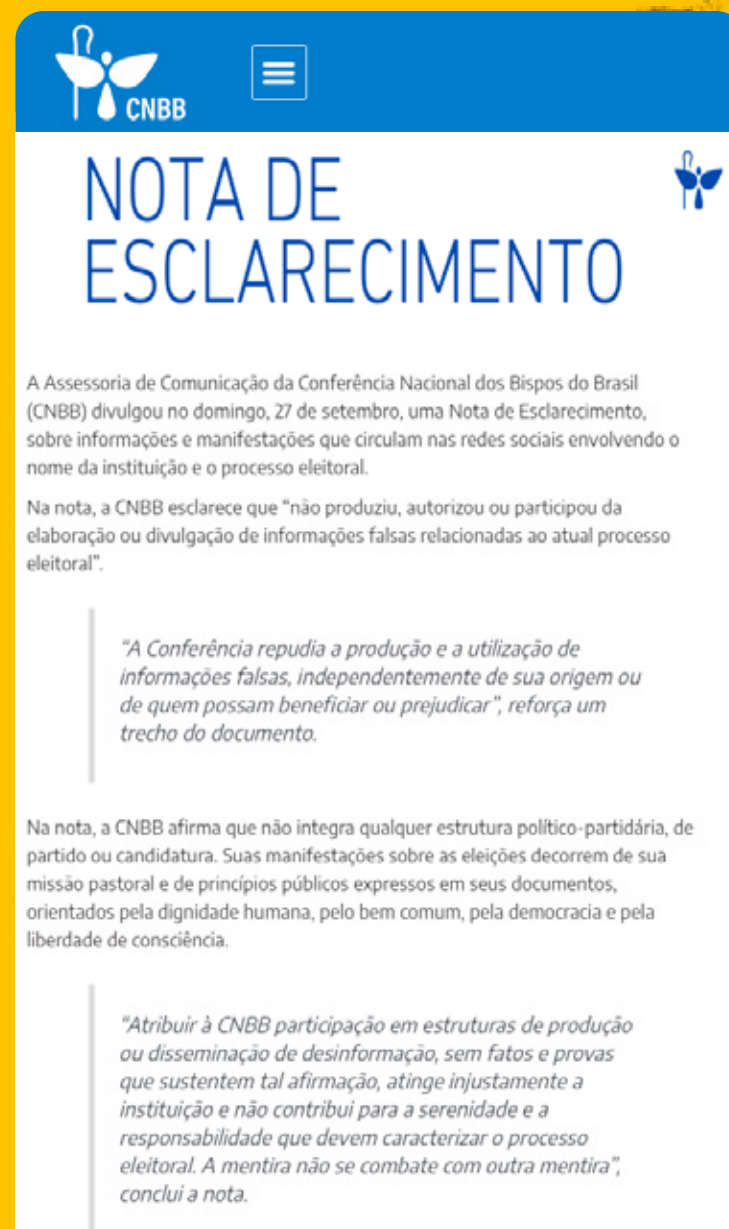
vadores alinhados ao bolsonarismo. Mais do que provocar uma simples reação de defesa de Flávio, a crise reativou divergências sobre quem pode falar em nome da Igreja, quais autoridades são reconhecidas como legítimas e até onde deve ir o envolvimento católico no processo eleitoral.

Ao mesmo tempo, a controvérsia revelou que, diante de um conflito percebido como ameaça ao candidato e à identidade católica, existia uma rede conservadora capaz de se mobilizar rapidamente, reunindo parlamentares, influenciadores, sacerdotes e organizações. Essa resposta, porém, não apagou as fissuras do campo. Alguns atores defenderam Flávio explicitamente; outros insistiram na neutralidade partidária da Igreja; e setores tradicionalistas aproveitaram a crise para aprofundar críticas à CNBB.

Nesse contexto, a reta final também tornou mais visível uma mudança na gramática

religiosa da candidatura. Referências a missão, batalha espiritual e afirmações cristãs mais totalizantes passaram a coexistir com uma linguagem de liberdade religiosa, respeito entre credos e pluralidade. Não se trata de uma substituição completa, mas de uma tentativa de traduzir a candidatura para públicos religiosos distintos.

A controvérsia em torno de Nossa Senhora Aparecida explicitou justamente os limites desta tradução. Construir vínculos com atores católicos mostrou-se mais simples do que produzir uma linguagem capaz de circular sem ruídos entre diferentes segmentos do catolicismo brasileiro. Ao mesmo tempo, o episódio evidenciou que a aproximação com esse campo não pode ser compreendida apenas em termos de adesão ou ruptura, mas como parte de uma disputa mais ampla por autoridade, representação e definição legítima da presença católica na política.





NOTA DE ESCLARECIMENTO



A Assessoria de Comunicação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou no domingo, 27 de setembro, uma Nota de Esclarecimento, sobre informações e manifestações que circulam nas redes sociais envolvendo o nome da instituição e o processo eleitoral.

Na nota, a CNBB esclarece que “não produziu, autorizou ou participou da elaboração ou divulgação de informações falsas relacionadas ao atual processo eleitoral”.

“A Conferência repudia a produção e a utilização de informações falsas, independentemente de sua origem ou de quem possam beneficiar ou prejudicar”, reforça um trecho do documento.

Na nota, a CNBB afirma que não integra qualquer estrutura político-partidária, de partido ou candidatura. Suas manifestações sobre as eleições decorrem de sua missão pastoral e de princípios públicos expressos em seus documentos, orientados pela dignidade humana, pelo bem comum, pela democracia e pela liberdade de consciência.

“Atribuir à CNBB participação em estruturas de produção ou disseminação de desinformação, sem fatos e provas que sustentem tal afirmação, atinge injustamente a instituição e não contribui para a serenidade e a responsabilidade que devem caracterizar o processo eleitoral. A mentira não se combate com outra mentira”, conclui a nota.

Considerações finais

A candidatura de Flávio Bolsonaro dispõe de uma base político-religiosa relevante, sustentada pelo capital simbólico da família Bolsonaro, pelos vínculos construídos por Jair e Michelle com lideranças cristãs, católicas e evangélicas, e pela atuação de parlamentares cristãos conservadores. Essa herança facilita o acesso a igrejas, lideranças e redes religiosas, mas não garante transferência automática de legitimidade ou apoio eleitoral.

O acompanhamento realizado para este relatório mostra que essa transferência encontra limites tanto na estrutura das alianças

quanto na construção da própria identidade religiosa do candidato. No campo evangélico, Flávio já reúne apoios explícitos, aproximações institucionais e circulação em redes que participam da sustentação das candidaturas anteriores. Ao mesmo tempo, parte das lideranças historicamente associadas a Jair Bolsonaro não formalizou adesão ao filho, enquanto outras mantêm relações de proximidade sem necessariamente transformar essa aproximação em endosso eleitoral. O quadro revela uma coalizão em negociação, e não uma transferência automática do capital religioso acumu-

lado pelo pai.

No segmento católico, a construção de apoio é mais descentralizada, menos institucional, e depende sobretudo da mediação de parlamentares, movimentos carismáticos, sacerdotes com presença pública e influenciadores. A estratégia de comunicação combina continuidade e diferenciação: Flávio reivindica a herança política e moral do pai, ao mesmo tempo que procura projetar uma imagem mais moderada, conciliadora e tecnicamente preparada. A mudança ocorre principalmente no estilo, enquanto permanecem elementos centrais

da identidade política bolsonarista, articulados a temas como religião, família, proteção, prosperidade e restauração nacional.

A dimensão religiosa acrescenta outra camada a esse processo. Flávio não apenas busca alianças com igrejas e lideranças; investe na construção pública de uma identidade evangélica própria. Entretanto, como observado ao longo do relatório, a circulação desses signos não assegura, por si só, autoridade religiosa. A eficácia dessas performances depende de como elas são recebidas, interpretadas e validadas pelas próprias comunidades de fé.

Essa questão é particularmente relevante diante da forma como a candidatura articula sucessão política e missão religiosa. Flávio apresenta-se como herdeiro do projeto iniciado por Jair Bolsonaro e, em diferentes momentos, associa essa continuidade a uma missão que ultrapassa a própria disputa eleitoral. Sua identidade pública combina, assim, a condição de filho, sucessor político e homem de fé.

É nesse ponto que a imagem do primogênito ganha força analítica. Na lógica da sucessão familiar, o filho mais velho pode ser apresentado como responsável por preservar a herança e dar continuidade à missão da família. Flávio recebe do pai o nome, o legado político, uma estrutura partidária, redes de apoio e uma narrativa de continuidade.

No campo religioso, entretanto, a transmissão opera de forma menos automática. A herança pode abrir portas, mas não transmite por si mesma categorias como chamado, testemunho, autoridade ou unção.

Em síntese, não há a garantia de um “voto cristão” automaticamente transferível. Há uma coalizão político-religiosa ainda em construção, condicionada por fatores como autenticidade, viabilidade eleitoral, reputação e interesses institucionais. O desafio da candidatura, portanto, não está apenas em transferir o capital político e religioso de Jair Bolsonaro para seu primogênito, mas em transformar essa herança em uma autoridade própria. O primogênito pode receber a herança. O reconhecimento, porém, precisa ser continuamente produzido.

Notas metodológicas

O relatório combina monitoramento de redes sociais, levantamento de apoios públicos, análise de conteúdo e análise do discurso para examinar como pertencimento religioso, redes eclesiais, autoridade pastoral, atuação parlamentar e influência digital são mobilizados na construção da legitimidade da candidatura de Flávio Bolsonaro. O corpus principal reúne publicações do perfil do candidato no Instagram desde a divulgação de sua candidatura, em dezembro de 2025, até agosto de 2026, complementadas por manifestações públicas de parlamentares, lideranças e influenciadores cristãos, registros de cultos e eventos e dados eleitorais mobiliza-

dos no material de base.

Para diferenciar graus distintos de adesão e evitar que proximidade religiosa seja automaticamente interpretada como apoio eleitoral, o relatório adota cinco categorias de classificação: apoio eleitoral explícito, quando há declaração de voto, pedido de voto ou participação formal na campanha; apoio político, quando há defesa pública da candidatura; aproximação, para encontros, cultos, orações, fotografias e agendas sem endosso comprovado; alinhamento, quando existe convergência político-religiosa relevante; e evidência insuficiente, quando o corpus disponível não permite afirmar adesão.

Pesquisadores envolvidos neste relatório



Ana Carolina Marsicano é pós-doutoranda na UNICAMP, doutora em Sociologia pela UFPE e mestra em Ciências Sociais pela UFJF. É pesquisadora do Laboratório de Estudos de Religião e Política - LABERP (FUNDAJ) e pesquisa gênero, direitos sexuais e reprodutivos, religião, conservadorismo e política.



Andrea Laís é doutora em Ciências Sociais pela UFBA e mestra em Sociologia pela UFAL. Pesquisa relações entre religião e política, com ênfase no campo evangélico progressista.



Flávio Conrado é mestre e doutor em Antropologia Social pela UFRJ, com ênfase nos estudos de religião e política, e pós-doutorado na Universidade de Montreal.



Lorena Mochel é doutora em Antropologia Social pela UFRJ, com pós-doutorado na UFRRJ. Desenvolve pesquisas etnográficas com foco em mídias digitais, gênero, pentecostalismo e política.

**ESTE RELATÓRIO ESTÁ
LICENCIADO SOB A LICENÇA
CREATIVE COMMONS CC
BY-SA 4.0 BR.**

**Essa licença permite que outros
remixem, adaptem e criem obras
derivadas sobre a obra original,
inclusive para fins comerciais,
contanto que atribuam crédito
aos autores corretamente,
e que utilizem a mesma licença.**

TEXTO DA LICENÇA:

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/legalcode>

COMO CITAR ESSE DOCUMENTO:

MARSICANO, Ana Carolina;
SANTOS, Andréa Laís; CONRADO,
Flávio; MOCHEL, Lorena. Casa
Galileia. PRIMOGÊNITO DO
MESSIAS: A fragilidade das
alianças católicas e evangélicas
de Flávio Bolsonaro, Set. 2026.

Disponível em:

<https://casagalileia.org/categoria/relatorios-labcre/>

Expediente Casa Galileia

Diretor Executivo

Leon Souza

Diretor de Campanhas

Flávio Conrado

Coordenação e pesquisa

Andréa Laís

Pesquisa

Lorena Mochel

Direção de arte e diagramação

Michelle Monteiro

A black and white close-up portrait of a man with dark hair, wearing a suit and tie. He is looking down and slightly to the left, with a thoughtful or somber expression. His hand is partially visible near his face.

cas
Galileia

 **LABCRE**
Laboratório Cristão nas Redes

 casagalileia.org

 [@casagalileia](https://www.instagram.com/casagalileia)